

O pragmatismo político na proclamação do socialismo e na adoção do marxismo-leninismo como ideologia oficial da Revolução Cubana

Giliard da Silva Prado *

Em sua longa trajetória de mais de cinco décadas, a Revolução Cubana passou por sucessivas metamorfoses ideológicas. Desde a fase da luta insurrecional, que se iniciou em 26 de julho de 1953, até os dois primeiros anos do governo revolucionário, em 1961, os líderes da Revolução declaravam que haviam lutado e, posteriormente, feito triunfar, no dia 1º de janeiro de 1959, uma revolução de caráter nacionalista. Logo após o triunfo da Revolução, que ocorreu em um contexto marcado pela bipolaridade ideológica da Guerra Fria, o governo revolucionário cubano pôs em prática medidas reformistas que levaram, a um só tempo, à intensificação dos antagonismos com os Estados Unidos e ao estreitamento de vínculos com a União Soviética, resultando em uma importante transformação nas estratégias de legitimação da experiência revolucionária cubana.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é problematizar, a partir de uma análise de discursos proferidos pelo líder da Revolução em cerimônias comemorativas de efemérides revolucionárias e em atos públicos diversos, as razões que levaram o governo revolucionário a declarar em abril e dezembro de 1961, respectivamente, o caráter socialista e a adoção do marxismo-leninismo como ideologia oficial da Revolução Cubana.

O triunfo dos revolucionários cubanos, em janeiro de 1959, atraiu a atenção da opinião pública internacional, despertando questionamentos acerca do caráter ideológico e dos rumos que seriam trilhados pela experiência revolucionária que se iniciava no país caribenho. Afinal, a Revolução Cubana teria uma orientação comunista ou capitalista?

Fidel Castro teve que se pronunciar sobre essa questão em muitos de seus discursos, bem como nas entrevistas que concedeu nos primeiros meses que se seguiram à vitória revolucionária. Interpelado sobre o confronto ideológico entre as duas grandes potências mundiais da época, o líder cubano afirmava em seus pronunciamentos a posição

equidistante – do ponto de vista das ideologias – adotada pelo governo revolucionário em relação aos Estados Unidos e à União Soviética, indicando que, em vez de subordinação a um desses países, a Revolução Cubana primava por sua autonomia, possuindo uma ideologia própria.

As insistentes interpelações estavam relacionadas ao medo de que a Revolução Cubana passasse a gravitar na órbita do comunismo internacional, tornando-se mais uma “revolução vermelha”. Esse medo decorria fundamentalmente de dois aspectos: do radical programa de reformas que estava sendo posto em prática; e da crescente influência que estava sendo exercida no governo revolucionário por adeptos do comunismo. Em suas declarações, nos primeiros meses após o triunfo revolucionário, Fidel Castro reafirmava que nem o Movimento 26 de Julho, por ele comandado, nem ele próprio – uma vez que era membro do Partido do Povo Cubano (Ortodoxo)¹ – tinham orientação comunista. Explicava não haver perseguição aos comunistas ou a quaisquer outros grupos políticos por parte do governo revolucionário, pois, em vez disso, o que a Revolução pretendia era a recuperação das liberdades públicas, que tinham sido restringidas pelo governo de Fulgencio Batista. Argumentava ainda que as suspeições criadas em torno de um pretenso caráter comunista da Revolução Cubana eram uma estratégia utilizada pelos adversários para confundir e fomentar a divisão entre o povo cubano, de modo a desestabilizar o governo revolucionário.

Durante um ato público realizado no dia 8 de maio de 1959, na cidade de Havana, após ter retornado de uma viagem diplomática que percorreu alguns países do continente americano – inclusive os Estados Unidos – com a finalidade de obter apoio internacional para o governo revolucionário, Fidel Castro repetiu para o povo cubano o que dissera em seus discursos fora da ilha caribenha: que a Revolução Cubana não devia ser acusada de comunista, uma vez que pretendia ser uma “*Revolución democrática y humanista*”. Tratava-se de uma Revolução que tinha se convertido “*en el modelo y en la esperanza de todos los pueblos de América Latina*” (CASTRO, 1959a) e cujos líderes não se prestavam ao papel de joguetes, tendo ideias, condutas e movimento revolucionário – o Movimento 26 de Julho, que àquele momento estava à frente do governo da nação – próprios. As

acusações relativas à natureza comunista da Revolução, de acordo com o líder cubano, seriam tão somente uma estratégia utilizada por seus opositores para urdir intrigas.

O discurso de defesa contra as suspeições de que a Revolução Cubana era comunista continuou sendo feito por Fidel Castro poucos dias após ser decretada a Lei da Reforma Agrária, de 17 de maio de 1959, que consistiu em uma das mais radicais medidas adotadas pelo governo revolucionário, contrariando interesses de poderosos grupos econômicos tanto nacionais quanto internacionais, notadamente estadunidenses. Em entrevista concedida ao programa *Ante la Prensa*, da emissora cubana de televisão CMQ-TV, Fidel Castro buscou dissociar o pacote de reformas de uma política que denotasse um projeto comunista. Neste sentido, reiterou que se tratava de uma revolução que, em todas as suas características constitutivas, era uma “*revolución propia*”. Para explicar ao povo que a Revolução era “*de tipo nacional*”, devendo atender às aspirações e necessidades específicas dos cubanos, Fidel Castro recorreu a comparações, explicando que a Revolução era tão peculiarmente cubana quanto a música nacional, pois “*cada pueblo tiene su música distinta y su mentalidad distinta*”. Expressou ainda o fato de a experiência revolucionária possuir uma identidade e uma história próprias, uma vez que ela teria rompido com alguns convencionalismos políticos, como, por exemplo, a tese de que não poderia haver revolução sem “*lucha de clases*” (CASTRO, 1959b).

A Revolução, além de ter sido definida como “*autóctona y cubana*”, era proclamada também como “*humanista*”, buscando-se assim negar qualquer identificação tanto com o capitalismo quanto com o comunismo. As interpelações, recorrentes em tempos de Guerra Fria, acerca de uma obrigatória filiação ideológica ao capitalismo ou ao comunismo constituíam um problema, no entendimento de Fidel Castro, pois ele declarava não estar disposto a ter que “*escoger entre el capitalismo que mata de hambre a la gente y el comunismo que resuelve el problema económico, pero que suprime las libertades*”. Assim, enquanto o capitalismo e o comunismo sacrificariam de distintas formas o homem, a Revolução dispunha-se a seguir tão somente uma “*doctrina humanista*”, que levasse à humanização desse homem antes sacrificado. A um só tempo, o governo revolucionário cubano recusava-se a ser identificado tanto com o comunismo quanto com o capitalismo,

argumentando que a Revolução já havia rompido com “*muchos principios del capitalismo arraigados por años*”. Afirmava-se, portanto, que a Revolução possuía tão somente um caráter nacional, não sendo “*de ningún color, ni rojo, sino verde olivo que es el color del uniforme del Ejército Rebelde, que salió de las entrañas de la misma Sierra Maestra*” (CASTRO, 1959b).

A partir da proclamação de seu caráter socialista e da adoção do marxismo-leninismo como ideologia oficial, em 1961, a Revolução Cubana, que até então era representada como uma “Revolução verde-oliva”, transformou-se em uma “Revolução vermelha”. Em face da necessidade de legitimar essa nova etapa, que consistiu em um importante ponto de inflexão da experiência revolucionária, o discurso oficial passou por sucessivas mudanças. Desde então, foi necessário silenciar sobre muitas das declarações anteriores, que já não mais poderiam ser sustentadas.

Nos limites do presente trabalho, não cabe analisar o processo de construção de novas estratégias para legitimar a experiência revolucionária sob o socialismo e tampouco as razões que explicam as metamorfoses pelas quais passaram essas estratégias. Cumpre assinalar, entretanto, que a legitimação da “Revolução vermelha” apoiou-se em dois argumentos não apenas distintos, mas contraditórios. Desde a proclamação do caráter socialista até o final da década de 1960, a tônica da produção discursiva apoiava-se na ideia de um processo gradual de formação de uma “consciência revolucionária” como forma de justificar a guinada do nacionalismo para o socialismo. A partir da década de 1970, porém, em um contexto marcado por um maior alinhamento político-ideológico de Cuba em relação à União Soviética, o governo revolucionário cubano passou a sustentar a tese de um “socialismo secreto”, isto é, passou a defender o argumento de que os líderes revolucionários, incluindo-se aí o próprio Fidel Castro, eram socialistas convictos antes mesmo da etapa insurrecional da Revolução.

Ainda que contraditórios, os dois argumentos têm em comum o fato de explicarem a guinada para o socialismo a partir unicamente da observância de um princípio ideológico. Será, porém, que na explicação dessa guinada para o socialismo deve ser conferida primazia ao cumprimento coerente de uma ideologia? Dito de outro modo, será que a

adesão ao socialismo pelo governo revolucionário cubano foi orientada fundamentalmente pelos preceitos dessa corrente de pensamento?

Em sentido contrário ao do cumprimento coerente de uma ideologia, o contexto da proclamação do caráter socialista da Revolução aponta, entretanto, para uma decisão fundamentada no pragmatismo, isto é, em certo cálculo político decorrente da análise das ameaças ao avanço da Revolução e, conseqüentemente, das medidas que convinhem ser adotadas como forma de defender a experiência revolucionária e assegurar a sua consolidação. Tratou-se de um contexto marcado pelo processo de acirramento dos antagonismos entre Cuba e Estados Unidos, com cada um desses países levando a efeito, sobretudo a partir do ano de 1960, ações que atingiam diretamente os interesses econômicos do outro. Em julho do referido ano, os Estados Unidos reduziram de maneira significativa a cota de importação do açúcar cubano e deram continuidade à política de sanções econômicas decretando, no mês de outubro, um embargo parcial às exportações do país destinadas a Cuba. O governo cubano, por sua vez, entre agosto e outubro do mesmo ano, nacionalizou propriedades e confiscou o patrimônio de empresas e bancos estadunidenses (GOTT, 2006, p. 213).

A essas medidas de caráter econômico, logo se seguiram outras formas de confronto entre os dois países, com destaque para os enfrentamentos militares ocorridos em abril de 1961, quando, em um curto intervalo de tempo, tiveram lugar acontecimentos de grande importância para a experiência revolucionária cubana. No dia 16 de abril, Fidel Castro proclamou o caráter socialista da Revolução em uma cerimônia realizada em frente ao Cemitério Cristóvão Colombo, na cidade de Havana, para homenagear as vítimas de um bombardeio ocorrido na véspera, quando aviões procedentes dos Estados Unidos atacaram quartéis e aeroportos cubanos (CASTRO, 1961). No dia seguinte, ocorreu o episódio conhecido como “a invasão da Baía dos Porcos”, ocasião em que grupos de cubanos exilados nos Estados Unidos e apoiados pela CIA invadiram Cuba com o propósito de depor o governo revolucionário. A operação resultou em um grande fracasso, sendo os invasores facilmente derrotados, no dia 19 de abril, na praia onde tinha ocorrido o desembarque (AYERBE, 2004, p. 62-63). Embora tropas estadunidenses não tenham

participado dessa operação, não configurando, portanto, um confronto militar direto entre Estados Unidos e Cuba, o apoio dado pela CIA foi suficiente para que o episódio, referido e amplamente evocado no discurso oficial como “*la victoria de Playa Girón*”, fosse representado pelo governo cubano como uma vitória da Revolução sobre os Estados Unidos e sua política imperialista.

A proclamação do caráter socialista é aqui entendida como uma escolha do núcleo dirigente da Revolução que, no contexto da Guerra Fria, vislumbrou o socialismo como a opção mais viável para manter-se no poder e efetivar os projetos revolucionários. A guinada para o socialismo é, pois, resultante das necessidades de um projeto político que vinha se consubstanciando em diferentes medidas indicativas da mudança nos rumos da Revolução, destacando-se: os vínculos comerciais estabelecidos com a União Soviética e com a China; o processo de estatização da economia; e a reorientação da política externa cubana após uma mudança ministerial ocorrida em novembro de 1959 (ROJAS, 2012, p. 114; 126-127).

A transformação da experiência revolucionária cubana em uma “revolução vermelha” teve, portanto, um caráter processual. Desse modo, a declaração do caráter socialista da Revolução, no dia 16 de abril de 1961, não pode ser atribuída unicamente ao episódio do bombardeio ocorrido na véspera, ainda que este tenha sido o seu estopim. Contudo, há que se considerar que, pela atmosfera de comoção nacional na qual estava envolta, a cerimônia fúnebre em memória às vítimas do bombardeio constituiu-se em um momento oportuno para anunciar publicamente, e até mesmo justificar, a adoção do socialismo.

Ocorrida em uma circunstância que apresentava certa excepcionalidade, uma vez que não teve lugar em um ato eminentemente político, mas sim em uma cerimônia fúnebre, a proclamação do socialismo não foi objeto de enaltecimento político-ideológico e tampouco esteve acompanhada de considerações teóricas ou da reivindicação de qualquer corrente de pensamento, tendo o caráter socialista sido mencionado somente em duas breves passagens do discurso, quando Fidel Castro afirmou que os cubanos tinham feito “*una Revolución socialista en las propias narices de Estados Unidos!*” e, em seguida, ao

declarar que aquela era “*la Revolución socialista y democrática de los humildes, con los humildes y para los humildes*”. Naquele momento, o governo revolucionário já possuía informações privilegiadas acerca dos preparativos para a invasão das tropas de cubanos exilados e considerou que o bombardeio ocorrido na véspera tinha sido “*el preludio de la agresión de los mercenarios*” (CASTRO, 1961), colocando o país em estado de alerta.

Diante da imprevisibilidade quanto aos desdobramentos que a invasão poderia ter, incluindo-se aí uma eventual participação direta dos Estados Unidos, a declaração do caráter socialista era oportuna, pois se constituía em uma medida que objetivava aumentar as possibilidades de obter a proteção militar da União Soviética e até mesmo de outro país socialista, caso Cuba precisasse de ajuda para defender-se de um ataque. A avaliação certamente era que o governo soviético, em virtude de sua posição de liderança no movimento comunista mundial e das críticas feitas pela China à política de coexistência pacífica, sentir-se-ia mais pressionado e persuadido a ajudar militarmente uma revolução socialista do que uma revolução que até aquele momento apenas se declarava como de libertação nacional e anti-imperialista (BANDEIRA, 1998, p. 296).

É significativo o fato de que mesmo no discurso em que declarou publicamente o caráter socialista da Revolução, Fidel Castro tenha permanecido adstrito à simbologia do nacionalismo cubano. Tanto é assim que após ter pela primeira vez gritado um “*¡Viva la Revolución socialista!*”, o líder cubano reivindicou tão somente a tradição de lutas libertárias da nação, reproduzindo em seu discurso trechos do hino nacional cubano, conforme se verifica a seguir:

Compañeros, todas las unidades deben dirigirse hacia la sede de sus respectivos batallones, en vista de la movilización ordenada para mantener el país en estado de alerta ante la inminencia que se deduce de todos los hechos de las últimas semanas y del cobarde ataque de ayer, de la agresión de los mercenarios. (...) formemos los batallones y dispongámonos a salirle al frente al enemigo, con el Himno Nacional, con las estrofas del himno patriótico, con el grito de “al combate”, con la convicción de que “morir por la patria es vivir” (...). (CASTRO, 1961)

Alguns meses após ter proclamado que a Revolução era socialista, Fidel Castro declarou, em discurso proferido no dia 02 de dezembro de 1961, o marxismo-leninismo como ideologia oficial da Revolução Cubana. Desta vez, porém, não se tratou de uma

declaração vaga e desprovida de qualquer conteúdo teórico. Ao afirmar-se como marxista-leninista, o líder cubano empreendia uma mudança no percurso ideológico da experiência revolucionária, mas buscava apresentar essa transformação em termos de continuidade, como o resultado do cumprimento de uma teleologia histórica. A tradição do nacionalismo revolucionário cubano não foi completamente abandonada, mas deixou de ser a única corrente de pensamento reivindicada, passando a ter seu uso conjugado ao socialismo. Porém, estrategicamente, o termo “nacionalista” foi sendo substituído pelo, desde então, prioritário termo “socialista”. Já não mais havia lugar, por exemplo, para as anteriores associações das palavras “nacionalista” e “anti-imperialista” para definir o caráter da Revolução Cubana.

Nesse discurso do dia 02 de dezembro de 1961, Fidel Castro argumentou que, assim como o imperialismo era uma expressão da política do capitalismo, o anti-imperialismo era a expressão da política socialista. Contradizendo declarações anteriores – em que havia negado uma identificação ideológica tanto com o capitalismo quanto com o comunismo e postulado uma posição de neutralidade em face do debate ideológico da Guerra Fria –, mas manifestando o cada vez mais frequente binarismo com que interpretava a política, afirmou ser preciso levar em consideração “*que no hay términos medios entre capitalismo y socialismo. Los que se empeñan en encontrar terceras posiciones, caen en una posición verdaderamente falsa e verdaderamente utópica*” (CASTRO, 2007, p. 286).

A declaração do marxismo-leninismo como ideologia oficial da Revolução Cubana foi motivada tanto por fatores externos quanto internos. No plano internacional, a definição dos princípios ideológicos que guiavam a experiência revolucionária cubana representava a adoção de uma postura menos vacilante, o que favorecia o estreitamento de laços com a União Soviética e os demais países do bloco socialista, de modo a atender ao propósito do governo cubano de conseguir uma ampliação da proteção militar e da ajuda econômica até então recebidas (BANDEIRA, 1998, p. 350).

Contudo, talvez até mais do que as questões da política internacional, a situação política interna parece ter desempenhado um papel preponderante na decisão de Fidel

Castro de declarar-se marxista-leninista. No período em questão as três forças políticas que participavam do governo cubano – o Movimento 26 de Julho, o Diretório Revolucionário 13 de Março e o Partido Socialista Popular – estavam agrupadas nas Organizações Revolucionárias Integradas (ORI). Porém, “a fusão das forças revolucionárias tornou-se meramente nominal”, uma vez que, na prática, o PSP “absorvia as outras duas organizações” (BANDEIRA, 1998, p. 380). Para isto, dois aspectos foram determinantes: o fato de que o PSP “era a única das forças que possuía quadros capacitados e uma estrutura de organização sólida, coesa e disciplinada capaz de sustentar a constituição e o funcionamento do governo revolucionário” (BANDEIRA, 1998, p. 377); e também o crescente prestígio que os seus dirigentes – comunistas de longa data e afinados ideologicamente com o Kremlin – passaram a ter em um período no qual Cuba e União Soviética estreitavam seus vínculos.

Havia alguns dirigentes do PSP que questionavam a liderança de Fidel Castro e sua formação ideológica assentada em ideias burguesas, argumentando que os comunistas de longa data constituíam o grupo mais capacitado para conduzir a revolução socialista em Cuba. A declaração de Fidel Castro de que era marxista-leninista ocorreu, portanto, em um momento no qual ele sentiu o seu poder ameaçado em face da progressiva influência política dos dirigentes do PSP no governo revolucionário e da maior afinidade ideológica que estes mantinham com a União Soviética.

A proclamação do caráter socialista da Revolução e a declaração do marxismo-leninismo como ideologia oficial evidenciam, pois, as intensas disputas político-ideológicas – tanto internas quanto externas – que marcaram o processo de consolidação da experiência revolucionária cubana. Em sua condução do governo revolucionário, Fidel Castro deu sucessivas demonstrações de que a sua permanência no poder e a continuidade da Revolução eram mais importantes do que a filiação coerente a uma concepção ideológica ou corrente de pensamento. Neste sentido, o líder cubano empreendeu metamorfoses ideológicas que foram orientadas muito mais pelo pragmatismo político do que por concepções teóricas.

Fontes e referências bibliográficas:

AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

CASTRO, Fidel [1959a]. *Discurso pronunciado por el Comandante Fidel Castro Ruz, Primer Ministro del Gobierno Revolucionario, en la concentración celebrada a su llegada del extranjero, en la Plaza Cívica, el 8 de mayo de 1959*. Disponível em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1959/esp/f080559e.html>>. Acesso em: 16 abr. 2009.

_____. [1959b]. Comparecencia en el programa de televisión *Ante la Prensa*, CMQ-TV, La Habana, 21 de mayo de 1959, apud ENTRIALGO, Roberto Bonachea. *Fidel Castro: pensamientos muy escogidos*. La Habana: [s. n.], 2007, p. 14-15.

_____. [1961]. *Discurso pronunciado por Fidel Castro Ruz, Presidente de Doble [sic] República de Cuba, en las honras fúnebres de las víctimas del bombardeo a distintos puntos de la República, efectuado en 23 y 12, frente al Cementerio de Colón, el día 16 de abril de 1961*. Disponível em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1961/esp/f160461e.html>>. Acesso em: 22 abr. 2009.

_____. [2007]. De Martí a Marx. In: LÖWY, Michel (Org.). *El marxismo en América Latina: antología, desde 1909 hasta nuestros días*. Santiago de Chile: LOM ediciones, 2007, p. 281-291.

GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ROJAS, Rafael. *La máquina del olvido: mito, historia y poder en Cuba*. México, D.F.: Taurus, 2012.

* Professor do Curso de História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Campus Pontal. Doutor em História pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: <giliardprado@ufu.br>.

¹ O Partido do Povo Cubano – também conhecido como Partido Ortodoxo – foi fundado em 1947 a partir de uma dissidência ocorrida no seio do Partido Revolucionário Cubano – também conhecido como Partido Autêntico. Os dois partidos em questão foram duas das principais forças políticas cubanas no decorrer das décadas de 1940 e 1950, tendo sido dissolvidos após o triunfo da Revolução. O fundador e principal líder do Partido do Povo Cubano (Ortodoxo) foi Eduardo Chibás Rivas (1907-1951). Disponível em: <http://www.ecured.cu/index.php/Partido_Ortodoxo>. Acesso em: 23 set. 2017.